

Análise de Conjuntura

GREVE NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO: UMA GREVE A FAVOR DA SOBERANIA E DA DEMOCRACIA

O Brasil possui 52 Instituições Federais de Ensino Superior. São 39 universidades, 5 CEFETs e 8 Faculdades isoladas. Essas Instituições atendem cerca de 400 mil estudantes de graduação, 60 mil de mestrado e 30 mil de doutorado. Existem, também, as Instituições Federais da Educação Básica – Cefet (11), Colégio Pedro II, Escolas Técnicas (06) e Agrotécnicas (48) - que cumprem importante papel no sistema educacional brasileiro.

Grande parte da pesquisa brasileira é realizada nessas instituições. Sem o trabalho dos estudantes, professores e técnicos administrativos, não teríamos construído as hidroelétricas, os poços de prospecção em águas profundas, a indústria naval e aeronáutica. Tampouco conheceríamos nossa história e nossa flora. Decerto não teríamos melhorado geneticamente nossa agricultura e o custo da produção de alimentos seria ainda mais alto. A produtividade do plantio de feijão, por exemplo, não teria mais que dobrado. Certamente, não teríamos construído um sistema público de saúde. Sem as Instituições Federais de Ensino, o Brasil seria um país ainda mais excludente e com pior qualidade de vida.

A despeito da inegável contribuição para o país, as Instituições Federais de Ensino estão sendo destruídas pelo governo FHC. O próprio presidente da república admitiu que é objetivo de seu governo frear o crescimento das universidades federais. O seu ministro da educação chegou a afirmar em entrevista à Revista Exame que a busca do desenvolvimento científico e tecnológico é uma prioridade ultrapassada, uma idéia que a globalização enterrou no cemitério da história.

Infelizmente, essa política está sendo implementada a ferro-e-fogo.

Os Novos Senhores do Mundo – FMI, Banco Mundial e a OMC – atuam a serviço da economia hegemônica, impedindo qualquer processo de desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo. A maior parte das verbas públicas é destinada ao pagamento da dívida, por isso não há lugar para a educação pública, gratuita e de qualidade no orçamento da União.

Contra as universidades públicas, o governo FHC criou 54 Centros Universitários privados – instituições que não fazem pesquisa. Livre do controle social público, as escolas privadas proliferaram a velocidade jamais vista. Hoje o Brasil está entre as nações em que o ensino superior está mais privatizado. De um lado, empresários lucram como nunca, de outro, os estudantes pagam mensalidades em constante elevação, os professores e técnico administrativos são hiperexplorados e, quando exercem o direito constitucional de livre organização, são violentamente perseguidos e freqüentemente demitidos.

Desde a edição do Decreto 2.208/97, a educação tecnológica está sofrendo grave processo de desfiguração institucional, em prejuízo da formação dos estudantes e da capacidade científico-tecnológica brasileira. As universidades, por sua vez, estão sendo redefinidas conforme o modelo do Banco Mundial adotado pelo governo federal. Concretamente, as reformas neoliberais configuram um verdadeiro *apartheid* educacional planetário. Todos os traços de qualidade social, isonomia e universalismo ainda existentes no sistema de ensino brasileiro são destruídos. A assimilação incondicional dessa política por parte do Ministério exclui o Brasil do conhecimento avançado.

Faz parte dessa política a violenta compressão salarial dos técnicos administrativos e dos docentes do setor

das federais, cujos salários encontram-se congelados há mais de sete anos. Segundo o DIEESE, a perda salarial alcança 44%, requerendo um reajuste de 75,48% para recuperar o poder de compra de 1995, o último ano em que os salários foram reajustados.

A mais recente e importante investida no sentido de implantar no país as reformas exigidas pelos organismos internacionais é o projeto de regulamentação do emprego público nas instituições federais de ensino. Caso este seja aprovado, o sistema federal de ensino será reconfigurado em três dimensões básicas: aceleração do processo de privatização, precarização das relações de trabalho e descaracterização das instituições federais de ensino. O projeto de emprego público altera as relações de trabalho, submetendo-as à força de mando dos governantes de plantão. Desfigura o papel dos trabalhadores da educação, na medida em que os priva de qualquer controle sobre o produto final de seu trabalho. Redefine a própria natureza do ensino público, transformando-o em mera atividade de reprodução de conhecimentos, quando dissocia o ensino, a pesquisa e a extensão. Constitui, ainda, mais um elemento que visa à fragmentação das diferentes categorias com conseqüências graves para a organização sindical arduamente construída pelos movimentos organizados.

A medida provisória de n.º 2.208/01, editada pela Presidência da República em 17 de agosto, é mais um ataque do governo FHC às entidades do movimento organizado. Ao quebrar a exclusividade da União Nacional dos Estudantes (UNE) na expedição da carteira de identificação da entidade, a qual garante a seu portador meia entrada em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, este governo mostra mais uma vez seu caráter arbitrário e ditatorial, ferindo a autonomia de organização e decisão do movimento estudantil.

Diante desse quadro de obscurantismo, em que as universidades e as demais instituições federais de ensino estão sendo draconianamente atacadas pelas políticas neoliberais de FHC, os estudantes, os professores e os técnicos administrativos estão unidos na maior greve da história das instituições federais, lutando pela:

REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAS - 75,48%

AMPLIAÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E SUA APLICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NO ENSINO PÚBLICO E DAS VERBAS PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PARA AS BOLSAS ACADÊMICO-ESTUDANTIS.

REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS, PARIDADE ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS E ISONOMIA SALARIAL

INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES GRATUIDADE PLENA DO ENSINO PÚBLICO. AUTONOMIA NOS TERMOS DO ARTIGO 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM GARANTIA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

MANUTENÇÃO DO RJU E ABERTURA IMEDIATA DE CONCURSO PÚBLICO NESTE REGIME PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ENSINO PÚBLICO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO. GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE C&T, DEMOCRATICAMENTE DEFINIDA, CAPAZ DE ASSEGURAR SOBERANIA E AUTONOMIA AO PAÍS.

MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA, CONTRA A APROVAÇÃO DO PL 9/99 LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ESTUDANTIL.

FORA FHC! FORA FMI!

Pós-Graduação sem aulas

Numa reunião entre o Comando Local de Greve e Coordenadores da Pós-Graduação, ficou definido que as atividades de defesas de teses, dissertações, qualificação, pesquisa e experimentos laboratoriais serão mantidas. A decisão contempla apenas aquelas atividades que foram previamente agendadas. Durante a reunião, que aconteceu no dia 4, na sede da ADUFPB-JP, os dois segmentos decidiram ainda suspender as aulas na Pós-Graduação.

12 de Mobilização

Um café da manhã na frente do prédio do Ministério da Fazenda, na Epitácio Pessoa, na Capital, marcou, ontem, dia 12, o início da manifestação dos Servidores Públicos Federais. Em protesto, os servidores da Paraíba pararam as atividades durante toda a manhã.

O ato, que contou com a participação do Comando Local de Greve dos professores do Campus I da UFPB, entre outras representações, está dentro do calendário nacional de mobilização dos Servidores Federais. Em Recife, os manifestantes fecharam as principais ruas da cidade.

Professores em greve vão à praia

Uma manifestação inusitada na praia de Tambaú marcou o quarto dia de greve dos professores do Campus I da UFPB.

No sábado, dia 1, com uma enorme lona preta, com a inscrição: "Não ao desmanche do serviço público", a ADUFPB-JP e o Comando Local de Greve cobriram parte do relógio afixado no Busto de Tamandaré pela Rede Globo para as comemorações dos "500 anos do descobrimento do Brasil".

Os grevistas fizeram, durante toda a manhã, uma manifestação com carro de som. Eles entregaram uma carta-aberta aos banhistas, turistas e

demais pessoas que passeavam pelo local da mobilização.

Na carta, os professores expõem os verdadeiros motivos que levaram a categoria a aderir ao movimento grevista deflagrado pelos Servidores Públicos Federais no dia 22 de agosto último.

"Queremos chamar a atenção da opinião pública para o problema da educação pública no país", disse a presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos.

O ato dos professores movimentou toda a imprensa, que deu uma ampla cobertura à mobilização.

Debate sobre crise na educação envolve alunos pré-vestibulandos

Como parte das atividades de greve, os professores do Campus I da UFPB iniciaram, no dia 31 de agosto, uma série de visitações às escolas da rede pública e privada, além de cursinhos pré-vestibulares.

A proposta da visitação é expor aos alunos dessas instituições de ensino sobre os verdadeiros motivos que levaram os docentes do Campus I da UFPB a aderirem ao movimento grevista. Com isso, os professores pretendem abrir um grande debate com a sociedade sobre a educação pública no país.

A primeira reunião aconteceu no colégio PhD da Av. Rui Carneiro. Em uma conversa de mais de uma hora com os pré-vestibulandos daquele centro de ensino, os professores Aparecida Ramos, presidente da ADUFPB-JP, Arturo Gouveia, Rubens Freire, Lenilma Bento, e Uthânia Melo, membros do Comando Local de Greve, discutiram com os mais de duzentos alunos

presentes ao ginásio de esportes, a importância de a sociedade se engajar na luta dos Servidores por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Os professores destacaram para os alunos que, no momento, o que está em jogo "não é apenas o fato de se querer entrar na universidade, mas exercitar, desde já, o direito à cidadania".

No dia 6, o Comando visitou a escola Sesquicentenário, no Bairro dos Estados. Na ocasião, os professores Severino de Oliveira, Lenilma Bento e Uthânia Melo debateram com uma média de 250 alunos, das três séries do ensino médio, os problemas enfrentados atualmente pelos docentes da UFPB.

O Só Exatas, Evolutivo e Geo já receberam a visitação dos grevistas. Algumas escolas, a exemplo do Liceu Paraibano e Objetivo Praia, demonstraram interesse em receber o Comando Local de Greve.

"Griiitooo dos Excluúúúidos"

O Comando Local de Greve dos professores do Campus I da UFPB participou do "Grito dos Excluídos", que aconteceu no Centro da cidade.

A manifestação, organizada pela igreja católica, reuniu mais de 8 mil pessoas, entre trabalhadores rurais, urbanos, estudantes, professores, catadores de lixo e representantes da sociedade civil. O protesto contra a violência e a corrupção teve início no Terminal Rodoviário de João Pessoa e seguiu em marcha por algumas principais ruas da Capital até chegar ao anel interno da Lagoa, quando os manifestantes realizaram um abraço simbólico.

Ao contrário de outras cidades do país, que realizaram o Grito no dia 7 de setembro, na Paraíba, a mobilização aconteceu no dia 6.

Coletiva na ADUFPB-JP

O Comando Local de Greve convidou a imprensa paraibana para uma entrevista coletiva, dia 31, na sede da ADUFPB-JP.

O objetivo da coletiva foi para que o Comando Local pudesse esclarecer aos veículos de comunicação sobre algumas decisões tomadas em Assembléia pelos professores, com isso, evitar equívocos, por parte da mídia, no momento de informar à sociedade acerca da adesão à greve dos docentes do Campus I.

Na oportunidade, os professores apresentaram ainda à imprensa o calendário das atividades de greve elaborado pelo Comando Local de Greve.

Calendário de Mobilização

Dia	ATIVIDADE
12/09 (quarta-feira)	Reunião por Centro/ Ato dos SPFs no prédio da Receita Federal
13/09 (quinta-feira)	Assembléia Geral
14/09 (sexta-feira)	Visitas às escolas
15/09 (sábado)	Livre
16/09 (domingo)	Livre
17/09 (segunda-feira)	Ato: Aula no Ponto de Cem Réis
18/09 (terça-feira)	Reunião por Centro
19/09 (quarta-feira)	Assembléia Geral
20/09 (quinta-feira)	Visitas às escolas
21/09 (sexta-feira)	Ato Show
22/09 (sábado)	
23/09 (domingo)	
24/09 (segunda-feira)	
25/09 (terça-feira)	Debate: O Desmanche do Serviço Público/Universidade
26/09 (quarta-feira)	Reunião por Centro
27/09 (quinta-feira)	Assembléia Geral

Fundo de Greve: Despesas com atividades

Saldo do Fundo do Greve.....R\$ 162. 306, 72

DATA	Nº CHEQUE	VALOR	DISCRIMINAÇÃO
29/ago	190516	800,00	Diárias Delegado CNG* - GREVE - Iêdo
29/ago	190517	250,00	Hospedagem delegado CNG* - GREVE - Iêdo
31/ago	190523	200,00	Guincho colocar painel relógio GREVE
31/ago	190524	70,00	Carro de Som atividade greve praia
05/set	190537	425,00	Painel - atividade de greve
06/set	190546	250,00	Confecção Camisas atividade greve
06/set	190549	800,00	Diárias delegado CNG* atividade greve
10/set	190557	998,35	Passagem Delegado Iêdo CNG*
11/set	190559	277,00	Comvideo - produção VT p/ TV - Greve
11/set	190560	60,00	Cafê da Manhã - atividade SPFs
11/set	190564	60,00	Pagamentos diversos (em caixa)
11/set	190567	456,25	FNG* - 1ª semana - 28/08 a 02/09/01
11/set	190568	456,25	FNG* - 2ª semana - 03 a 09/09/01
		5.102,85	

*Fundo Nacional de Greve *Comando Nacional de Greve

ATIVIDADE DE GREVE

Feijoada Dançante

Dia 17 (segunda-feira)
de setembro de 2001

Às 11h

Centro de Vivência

Prefeito de Campinas é assassinado

Faleceu dia 10 último o prefeito da cidade de Campinas, a 95km de São Paulo, Antonio da Costa Santos, 49 anos, mais conhecido como "Toninho do PT".

O crime ocorreu na avenida Mackenzie, por volta das 22h30, nas imediações da rodovia Dom Pedro I, quando, segundo testemunha, dois homens em uma moto e sem capacetes se aproximaram do carro do prefeito e dispararam três tiros. Dois projéteis acertaram a lataria do carro e, um outro, atingiu em cheio o corpo do prefeito.

Segundo laudo da perícia, a arma dos disparos foi uma pistola 9 milímetros, - de uso exclusivo dos militares. Para o delegado-seccional Osmar Porcelli, o trajeto da bala sugere que a vítima tentou se defender dos criminosos.

As autoridades investigam a possibilidade de latrocínio (roubo seguido de morte), contudo não são descartadas, também, a hipótese de crime político ou vingança.

O corpo do prefeito foi enterrado ontem, dia 11, sob clima de comoção. Segundo a Polícia Militar, cerca de 100 mil pessoas participaram do velório e do enterro. Diversas autoridades políticas compareceram ao velório de "Toninho do PT", o governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, além do petistas Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, José Dirceu, entre outras autoridades. Com a morte do "Toninho do PT", a vice-prefeita, Izalene Tiene, assumiu o cargo.

É Greve

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa
Caixa Postal 5001 Cep.: 58051-970
Fone: 243-1212.
e-mail: adufpbjp@openline.com.br
Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97
Estagiários: Edmilson Bandeira
Odinaldo Costa.

Corte do Ponto: Os professores respondem

No dia 20/09/2001 o Ministro da Educação Paulo Renato vem por meio da imprensa apresentar uma ameaça aos servidores das IFES apontando para um possível corte salarial e cancelamento de contratos dos professores substitutos caso não retornem às atividades até ao final do mês.

Deve-se realçar que essa primeira manifestação se dá através dos meios de comunicação, após uma propositada postura de ignorar a existência da greve, já que em nenhum momento o referido ministro se dirigiu ao CNG - ANDES/SN para qualquer consideração a respeito de nossa pauta de reivindicação.

Comportando-se durante todo este período como se a greve inexistisse, recusando-se a receber os representantes do CNG, não comparecendo nas Comissões Parlamentares, sempre que o movimento estava ali representado, manifestando sua recusa a negociar com os servidores em greve, divulga falaciosamente essa ausência de negociação como decorrente da postura do movimento em não querer estabelecer o diálogo.

Finalmente, frente à inequívoca força e visibilidade da greve, que se impõe tanto pela expressiva paralisação nas IFES, quanto pelo crescimento de sua expressão pública e explícito apoio de movimentos populares, o governo finalmente reconhece sua existência. A primeira manifestação desse reconhecimento vem através da divulgação de informações inverídicas sobre as IFES principalmente através da mídia, buscando desacreditar o movimento. Na última atitude manifesta, de caráter antidemocrático e truculências, se dirige publicamente, aos docentes e técnico-administrativos ameaçando com o corte de salários dos servidores do quadro efetivo e cancelamento do contrato de professores substitutos.

Deve-se ter clareza que estas atitudes se constituem apenas em ameaças não passíveis de concretização, dado seu caráter de ilegalidade. Tanto o corte salarial quanto o cancelamento de contratos se constituem em prerrogativas exclusivas das administrações das IFES, o que é garantido pela autonomia universitária. O governo pode apenas reter temporariamente os salários, comprometendo a data de

seu recebimento. Acresce-se a isso a liminar de 17 de novembro de 2000, que considera o desconto de dias parados como um ato de "absoluta inconstitucionalidade", além do parecer jurídico da Assessoria do Sindicato Nacional (já enviado às ADs), que diz ser assegurado aos professores visitantes e substitutos o direito à greve sem prejuízo de seu vínculo empregatício.

Ainda assim, o CNG - ANDES/SN comprometido com o interesse da categoria, já está acionando a Assessoria Jurídica do Sindicato Nacional. Nessa linha, os advogados já estão agendando despacho, com o juiz que proferiu a sentença que proíbe o corte de ponto e de salários para que oficiem o MPOG, certificando que a decisão continua em vigor.

Estas ameaças se constituem, portanto hoje, fundamentalmente em táticas que procuram desmobilizar o movimento. Esse comportamento aponta principalmente para a persistência do governo na busca de viabilizar seu projeto de desmonte dos serviços públicos. A ele devemos responder com a reafirmação de nossos princípios e fortalecimento de nossa luta. Não há porque nos intimidarmos, dado que a manifestação do poder público vem como o reconhecimento da força de nosso movimento. Não podemos esquecer que a ameaça de cancelamento dos contratos, que pesa hoje sobre os professores substitutos, se constitui no exemplo do que ocorreria caso se viabilize a proposta do Regime de Emprego Público nos termos da CLT.

Aliados da estabilidade, os servidores ficariam sujeitos à perda de seu trabalho caso esboçassem qualquer discordância em relação às políticas oficiais. Estas são, portanto, medidas políticas de enfrentamento do governo na busca de viabilizar o projeto político antinacional e entreguista que representa. Nossa resposta deve reafirmar nossa disposição de assegurar um Estado nacional capaz de alavancar um projeto de desenvolvimento voltado à atender as necessidades da população. Assim, não nos resta outra alternativa se não defender nossa pauta unificada de reivindicações e radicalizar o movimento.

Debate no Campus I da UFPB discute o cancelamento do PSS

A decisão referendada na última assembléia geral pelos professores do Campus I em cancelar o vestibular suscitou um debate que reuniu ontem, dia 26, no auditório da reitoria, mais de mil e quinhentos alunos pré-vestibulandos de escolas públicas, privadas e cursinhos de João Pessoa.

A convite do Comando Local de Greve, os alunos vieram debater com os professores do Campus I a posição tomada pela categoria docente em suspender a elaboração das provas do PSS. Na opinião da presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, esta posição radical tomada pelos professores foi uma alternativa encontrada pelos grevistas para sensibilizar o governo federal para o problema das universidades do país. "A responsabilidade está com o governo", disse Aparecida.

Nos diversos questionamentos feitos pelos alunos, um ponto comum foi com relação aos prejuízos que a decisão dos professores pode trazer para eles (alunos). Os professores justificaram aos pré-vestibulandos que os danos vão para toda a sociedade, no entanto, não se pode ficar de braços cruzados diante da crise que assola o ensino público do país. As representações estudantis se comprometeram em mobilizar um grande efetivo de alunos para uma manifestação na próxima quarta-feira, às 9h, em João Pessoa. A marcha sairá do Liceu Paraibano até a Assembléia Legislativa. No mesmo dia, acontecerá uma mobilização em Brasília e, simultaneamente, em todos o país.

O debate foi mediado pela presidente da ADUFPB-JP, e contou ainda com a participação dos presidentes do Sindicato dos Estabelecimentos da Rede Particular e DCE, Oriel de Carvalho e Gustavo Palmeira, respectivamente, o representante da UBES, Rildiam Pires, a pró-reitoria de Graduação Iguatemy Lucena (leia-se Coperve), a coordenadora do Colégio Sesquicentenário, Lúcia Geovana e o representante do Sintespb, Agamenon Travassos. O Jornal da Record, apresentado por Bóris Casoy, deu destaque ao debate realizado no Campus I da UFPB.

"Quem vai querer abacaxi?..."

Como forma de retribuir os "abacaxis" recebidos durante o governo FHC, os Servidores Públicos Federais da Paraíba promoverão um Ato Público amanhã, dia 28, às 15h, na Lagoa. Na ocasião, os transeuntes receberão, abacaxis-literalmente- das mãos de um boneco caracterizando o presidente.

O gesto é uma forma simbólica e bem-humorada de satirizar a postura desse governo entreguista, comentou a presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos.

As entidades promotoras do ato são: ADUFPB-JP, SINTEF, SINTESPB, SINTSERF, INDISPREV e ASSIBGR.

Grevistas rejeitam proposta para a suspensão do movimento

Depois do cancelamento de duas reuniões, enfim o Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, recebeu o Comando Nacional de Greve para discutir a pauta de reivindicações dos grevistas que tem, entre outros pontos, um reajuste salarial de 75, 48%, além da incorporação da Gratificação de Atividade Executiva - GAE

A reunião aconteceu ontem, dia 26, em Brasília. Os grevistas e o Ministro entraram em acordo no que refere a proposta do Governo de discutir as reivindicações em sete grupos de trabalhos.

No entanto, o pedido feito pelo Ministro para que os grevistas suspendessem a greve por 30 dias foi rotundamente recusado pelo Comando.

Diante desses impasses, uma nova reunião com o Ministro foi agendada para a próxima semana. Segundo a presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, de qualquer forma houve um avanço, entretanto, não está descartada ainda possibilidades de cancelamento do vestibular.

Fundo de Greve: Despesas com atividades

DATA	DÉBITO	DISCRIMINAÇÃO
29-Ago	800,00	Diárias CNG - Iedo
29-Ago	250,00	Hospedagem CNG - Iedo
31-Ago	200,00	Guincho colocar painel relógio
31-Ago	70,00	Carro de som atividade praia
03-Set	62,00	Material para fixar painel relógio praia
04-Set	220,00	Alimentação trabalhadores rurais
05-Set	425,00	Painel - atividade - relógio praia
06-Set	250,00	Confecção Camisas
06-Set	800,00	Diárias delegado Rubens Freire CNG
10-Set	998,35	Passagem Delegado Iedo CNG
11-Set	277,00	Comvideo - produção VT p/ TV
11-Set	60,00	Café da Manhã - atividade SPFs
11-Set	60,00	Pagamentos diversos (caixa)
11-Set	456,25	Fundo de Greve - 28/08 a 02/09/01
11-Set	456,25	Fundo de Greve - 03 a 09/09/01
17-Set	100,00	Feijoada Dançante 17/09/01 - SOM
18-Set	870,00	Diárias delegado CNG - Simone
17-Set	1.206,35	Pass. Delegado Rubens Freire CNG
17-Set	277,00	COMVÍDEO - produção VT p/ TV
18-Set	70,00	Aeroporto/hotel Del. CNG Rubens
05-Set	41,00	Alim. atividade busto Tamandaré
20-Set	1.642,50	Fundo de Greve 10 a 23/09 + diferença
21-Set	65,00	Táxi (reuniões CLG)
21-Set	360,00	Feijoada - 17/09/01
24-Set	200,00	Filme para fax
26-Set	200,00	ônibus estudantes p/ debate 26/09/01

SALDO FUNDO DE GREVE 03/09/01:	162.306,72
DESPESAS ATÉ 26/09/01	10.416,70
SALDO EM 26/09/01	151.890,02

Análise de Conjuntura -----

Não ceder às pressões, pela continuidade de greve

O Governo, frente às pressões e disposição de luta dos docentes, reconhece o movimento grevista, recebe o Comando Nacional de Greve e chega até a apresentar propostas, mas ao mesmo tempo, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, exerce represália, mesmo sob o risco de indispor-se com o Poder Judiciário.

O propósito de protelar ao máximo o pagamento dos salários, pode levar o movimento a uma situação de impasse. Por isso, neste momento, oportunamente, sustentar a greve e manter a mobilização nas ruas é fundamental, inclusive, para mantê-la em evidência nos meios de comunicação de massa.

A luta judicial pode influir na correlação de forças se conseguirmos consolidar a derrota jurídica do Ministro Paulo Renato de Sousa, mas não devemos, nem por um instante, deixar de insistir na luta política e na mobilização nas ruas. Para isso, é fundamental a realização de manifestações como a Marcha em Defesa da Educação, realizada ontem, dia 3, ampliando o movimento com a participação de estudantes do ensino médio.

Neste momento de luta, é também importante a organização de atividades como as já propostas por alguns companheiros, como o brechó e as aulas públicas, mas para isso, precisamos de uma Comissão de Mobilização atuando na realização dessas - e outras - atividades que solidificam ainda mais o movimento.

Agora, mais do que nunca, não devemos recuar, nem ceder às provocações e manobras para dividir um movimento de greve que se construiu em torno da mobilização nacional e que se mantém em ascenso.

Na falta de propostas mais efetivas, já virou prática comum as ameaças por parte do governo em contar ponto e reter salários de servidores em greve. Já enfrentamos suspensões de salário em outras greves com a nossa solidariedade interna e a determinação de lutar pelo atendimento de nossas justas reivindicações.

O momento é de resistir e lutar em todas as frentes contra a intransigência do governo.

Pela continuidade da greve.

Por negociações efetivas.

Pelo respeito ao direito de greve e o pagamento imediato dos salários.

Professores e estudantes nas ruas em defesa da educação

Mais de duas mil e quinhentas pessoas participaram ontem, dia 3, da **Marcha em Defesa da Educação**.

A concentração dos manifestantes aconteceu em frente ao Lyceu Paraibano e contou com a participação de professores e servidores em greve, alunos da UFPB, além de estudantes secundaristas de escolas e cursinhos pré-vestibulares de João Pessoa.

Durante o percurso até a praça João Pessoa, onde foi realizado um ato em frente à Assembléia Legislativa, manifestantes gritaram palavras de ordem contra o governo federal, exigindo, entre outras coisas, verbas para a educação pública, a realização do vestibular 2002 e o fim da política neoliberal do Governo FHC.

Representantes de diversos segmentos da sociedade usaram o carro de som para se pronunciarem em defesa dos Servidores Públicos em greve há mais de um mês.

Impossibilitados de entrar na Assembléia, os manifestantes solicitaram a presença dos parlamentares que se encontravam na Casa, para que estes se posicionassem sobre a manifestação dos servidores em greve. No entanto, poucos parlamentares atenderam ao chamamento, entre eles, os deputados Ricardo Coutinho e Luiz Couto, ambos do PT, e o presidente da AL, Gervásio Maia. Gervásio Maia garantiu aos manifestantes convocar uma sessão especial na próxima semana para discutir com os servidores e professores em greve.

Os estudantes demonstraram toda a sua irreverência durante a **Marcha**. Alguns exibiram cartazes com fotos de Osama bin Laden em analogia ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A **Marcha em Defesa da Educação** foi organizada pela ADUFPB-JP, Comando Local de Greve, DCE/UFPB, OSEEP, SINTESPB e UPES-JP.

Brasília – A ADUFPB-JP enviou uma caravana de professores para a **Marcha em Defesa e Promoção da Educação Pública**, em Brasília, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Os grevistas conseguiram reunir, ontem à tarde, na Esplanada dos Ministérios, mais de trinta mil pessoas. A concentração maior aconteceu em frente ao prédio do Ministério da Educação, que foi cercado por mais de 200 policiais militares. Houve confronto entre militares e manifestantes que tentaram invadir o prédio do Ministério.

Mesmo com a liminar do Superior Tribunal de Justiça favorável, obrigando o governo a pagar os salários do mês de setembro dos professores universitários em greve há mais de um mês, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, reteve o pagamento.

O ministro acusou alguns reitores de estarem apoiando os grevistas. Entre eles, o reitores das universidades da Paraíba, Juiz de Fora (MG), São Carlos (SP) e Rio Grande do Sul.

Em resposta a posição do Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, que cancelou o pagamento do mês de setembro do pessoal em greve, os Servidores ameaçam fechar os 50 hospitais universitários do país.

A promessa se entende, também, para outros serviços considerados essenciais, como por exemplo, laboratórios e centros de processamentos de dados que foram mantidos em atividade pelo Comando Nacional de Greve.

Vestibular na Câmara dos Vereadores

Uma Sessão Especial hoje, às 10h, na Câmara de Vereadores de João Pessoa discutirá o Processo Seletivo Seriado – PSS.

A Sessão é uma propositura do vereador Fabiano Lucena. A categoria docente será representada na Câmara pelos professores Elisabete Almeida, Plauto Mesquita e José Gomes de Assis.

Na semana passada, um debate no auditório da reitoria reuniu mais de mil pessoas, entre professores e alunos da UFPB, além de estudantes secundaristas de escolas e cursinhos da Capital, para discutir o tema.

Resposta Online

Os internautas – leia-se grevistas - podem participar de uma enquete no **Jornal do Brasil** versão Online.

A pergunta de hoje é *Você acha justo cortar os salários dos professores grevistas para obrigá-los a voltar ao trabalho?*

Decerto, a enquete pode se tornar outro importante canal para os professores e todas as categorias em greve mostrarem sua posição diante das medidas adotadas pelo governo para tentar intimidar os grevistas.

É Greve

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa
Caixa Postal 5001 Cep.: 58051-970

Fone: 243-1212.

e-mail: adufpbjp@openline.com.br

Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97

Estagiários: Edmilson Bandeira

Odinaldo Costa.

Retenção dos Salários

O agravo regimental foi protocolizado em 08/10. O ponto central do AGRAVO é o pedido de modificação de sentença. O propósito é restabelecer a posição do STJ (O MEC deve comprovar o pagamento dos salários em 24 horas).

O Ministro Marco Aurélio encaminhou o processo – solicitando informações adicionais à AGU. Este procedimento é usual, visto que a parte que se sente prejudicada pela liminar do STJ deve ser escutada.

É certo que isso pode atrasar o exame de nosso recurso em até 5 dias, porém o exame torna-se mais sólido em termos processuais.

Por nossa solicitação, parlamentares devem ter audiência com o Ministro Marco Aurélio ainda nesta quarta-feira, para uma discussão política da greve. A conversa preliminar, dos deputados Walter Pinheiro e Jacques Vagner, com o presidente do STF (09/10) foi considerada positiva.

Assembléia Legislativa debate a greve

Uma Sessão Especial hoje, dia 11, às 11h30, na Assembléia Legislativa da Paraíba, discutirá o movimento grevista.

A Sessão, propositura do deputado Gervásio Maia, é resultado da Marcha em Defesa da Educação, realizada no dia 3 deste mês, quando professores, alunos e funcionários da UFPB, além de entidades representativas dos alunos e professores secundaristas da Capital promoveram um ato publico em frente a Assembléia.

Neste momento, é importante a participação dos

parlamentares paraibanos na luta dos professores, pois, segundo a presidente da ADUFPB-JP, Aparecida Ramos, o que está em jogo não é apenas a defesa da causa dos docentes, mas, sobretudo, a sobrevivência da Universidade, instituição responsável pelo desenvolvimento soberano do país, além de uma importante fonte geradora de recursos para a Paraíba. “A folha de pagamento da UFPB está estimada em 17 milhões. Com a suspensão do pagamento do pessoal em greve, um montante significativo de recursos está deixando de circular no Estado”, comentou a presidente.

Carta à Sociedade Paraibana

Face às últimas atitudes autoritárias do Ministro da Educação, Paulo Renato, contra o movimento dos professores das Universidades Federais brasileiras, em greve há mais de um mês, a ADUFPB-JP e o Comando Local de Greve da UFPB (Campus de João Pessoa), comunicam à sociedade paraibana:

1. A greve continua, conforme decisão unânime dos docentes presentes na Assembléia-Geral de Quinta-feira (04/10). Arbitrariedades como o corte do ponto e o atraso de salários não nos intimidarão. Temos dignidade.
2. O governo FHC tem uma política de destruição desse inestimável patrimônio que são as Universidades Públicas brasileiras. Quer ver instaurado o caos nas Universidades e depois privatizá-las. Não deixaremos ocorrer esse desatino.
3. Nossa luta é para valer. Por isso, mandamos o seguinte recado ao presidente FHC e o ministro Paulo Renato: só voltaremos às salas de aula quando virmos atendidas nossas reivindicações. Todas e quaisquer conseqüências decorrentes da ausência de negociações, como o cancelamento do vestibular e a suspensão do semestre são de inteira responsabilidade do ministro Paulo Renato de Sousa.
4. Para conquistar este objetivo, precisamos ainda resistir e não ceder à pressão do governo, por isso, pedimos aos comerciantes e prestadores de serviços de João Pessoa que não nos neguem crédito e não enviem títulos a protesto enquanto não recebermos nossos salários. Em várias outras cidades do país já contamos com esse apoio, que consideramos fundamental para a nossa luta.

Esperamos que o governo decida, o mais breve possível, atender as nossas reivindicações, para que possamos retomar as nossas atividades e o convívio com os nossos alunos e, ainda, honrar os nossos compromissos financeiros.

Abaixo-assinado

Os Comandos de Greve estão envolvidos em uma atividade de coleta de assinatura dos parlamentares com o objetivo de viabilizar uma audiência com o presidente FHC. Leia, abaixo, cópia do documento

“Ao Exmo. Sr. Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Sr. Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, vários segmentos do Funcionalismo Público Federal do Poder Executivo se encontram em greve há mais de 70 dias. Esta greve originou-se – como também é do vosso conhecimento – pelas situações adversas em que vive o funcionalismo e que foram crescendo ao longo de quase sete anos, como também pela insensibilidade dos diferentes ministérios envolvidos em, pelo menos, abrir o diálogo para discutir as suas reivindicações. Suspensão arbitrária de vencimentos e diferentes ameaças estão sendo feitas pelos ministérios responsáveis, no sentido de intimidar o movimento e, quem sabe, suprimi-lo através da truculência. Nós, deputados federais/senadores abaixo-assinados, acreditamos que somente a força do diálogo e através dele a democracia é construída e a justiça realizada. Neste sentido, solicitamos que Vossa Excelência se digne a receber em audiência as entidades sindicais – FENASPS, CNTSS, FASUBRA, ANDES-SN, SINASEFE e CONDSEF – representativas daqueles servidores. Assinalamos que existe uma concordância entre lideranças partidárias de que esta audiência é fundamental para a abertura do diálogo para resolver esta crise que, tanto o país como seus servidores, estão sofrendo.

Brasília, 9 de outubro de 2001”

Aula no Campus I

Os professores do Campus I realizarão Aula-Extra. Lembramos, mais uma vez, que os docentes estão unidos em defesa da causa, no entanto, a Aula é mais uma atividade de greve.

A mobilização será realizada hoje, dia 11, às 18h, no Centro de Vivência.

A Comissão de Mobilização convocou um sanfoneiro para animar a noite, que contará ainda com “comes e

bebes” a preços acessíveis aos participantes, além de um recital poético.

Gostaríamos de lembrar aos professores, alunos e funcionários que pretendem participar do evento, que tragam suas doações para o Bazar das Pulgas.

Ainda sem data marcada, o bazar pretende juntar roupas, bijuterias, utensílios e outros objetos, no intuito de arrecadar fundos para o movimento grevista.

Festa das Crianças

Os associados à ADUFPB-JP e seus respectivos dependentes poderão participar nesta sexta-feira, dia 12, na Sede Sociocultural do sindicato, de uma atividade recreativa em comemoração ao Dia das Crianças.

A brincadeira começará às 11h, e estão programadas mais de seis horas de atividades lúdicas, entre elas, cama-elástica, pula-pula, videogame, distribuição de picolés.

Os participantes concorrerão, ainda, a sorteio de brindes.

A Sede Cultural da ADUFPB-JP fica localizada na rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco, próxima ao Jangada Clube.

ADs reunidas em João Pessoa

A ADUFPB-JP estará reunida com as ADs de Patos, Cajazeiras e Campina Grande, na próxima terça-feira, dia 16, às 15h, na sede da entidade – Centro de Vivência da UFPB.

Na ocasião, serão discutidos, entre outros pontos, a atual situação do movimento grevista dos docentes, bem como estratégias de ação.

Outro ponto não menos importante a ser discutido pelos representantes das ADs será a possibilidade de adiamento do vestibular 2002.

É Greve

Publicação da ADUFPB-JP. End.: Centro de Vivência da UFPB, Campus I - João Pessoa
Caixa Postal 5001 Cep.: 58051-970
Fone: 243-1212.
e-mail: adufpbjp@openline.com.br
Jornalista Resp. Tatiana Learth DRT: 751/97
Estagiários: Edmilson Bandeira
Odinaldo Costa.

www.adufpbjp.com.br

GREVES E PARALISAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES

ANO	PERÍODO	CARÁTER	RETORNO ÀS AULAS	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	RESULTADO
1980	11 A 13/06/80(3 dias)	Paralisação Nacional (?)	-	-	-
1980	Agosto(4 dias)	Local	-	-	-
1980	12/11 a 12/12/80(30 dias -ADUF) 16/11 a 11/12/80(26 dias-ANDES)	Nacional IFES em greve: 19 universidades autárquicas e mais 7 escolas.	-	<ul style="list-style-type: none"> . Reposição salarial de 48% retroativo a março/80; . Envio ao Congresso de anteprojeto de Carreira do Magistério; . Revogação do Decreto-lei nº 6733/79 que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República; . Reajuste salarial semestral; . 12% do orçamento da União para a Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> . Publicação do D.L. nº 820 e do Decreto nº 85.487 em 11/12/80, estabelecendo um novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas e o reenquadramento dos docentes; . Reajuste de 35% para janeiro de 1981 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os servidores.
1981	11/11 a 01/12/81(20 dias)	Nacional IFES em greve: 19 universidades autárquicas e mais 5 escolas.	-	<ul style="list-style-type: none"> . Reposição salarial de 45% retroativo a março/81; . Reajuste semestral igual ao INPC, em set/81; . Enquadramento dos professores colaboradores, admitidos após 31/12/79, que haviam sido discriminados em 80; 	<ul style="list-style-type: none"> Absorção dos professores colaboradores; reposição de 30% a partir de 01/01/82; recuo do governo federal em transformar as Universidades Autárquicas em Fundações.

				<ul style="list-style-type: none"> . Eliminação de distorções na Carreira do Magistério; . 12% do Orçamento da União para a Educação. 	
1982	11/11 a 21/12/82(42 dias-ADUF) 18/11 a 20/11/82(32 dias-ANDES)	Nacional IFES em greve: 18 universidades autárquicas e mais 3 escolas.	-	<ul style="list-style-type: none"> . Reposição salarial de 23,8% sobre o salário de jan/84; . Reajuste semestral igual ao INPC em nov/82; . Aposentadoria integral; . Atribuição das vantagens dos estatutários aos regidos pela CLT e vice-versa; . Correção de distorções no enquadramento na nova Carreira Docente; . Reestruturação da Universidade com base na proposta da ANDES- Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> . Recuo do governo na implantação, via decreto, do ensino pago nas IFES e da transformação das Universidades Autárquicas em Fundações; . Não houve conquistas quanto às reivindicações salariais.
1983	15 a 27/06/83(13 dias)	Nacional(?)	-	-	
1984	15/05 a 08/08/84(84 dias)	Nacional Unificada: IFES em greve: 19 universidades autárquicas mais 8 escolas.		<ul style="list-style-type: none"> . Reposição de 64,8% sobre o salário de janeiro; . Reajuste semestral em jul/84, com base no INPC e garantido por lei; . 13° para estatutários e quinquênios para celetistas; . Piso salarial de 03 (três) salários mínimos para 	<ul style="list-style-type: none"> . Suspensão da greve com o corte dos salários em 01/08; . A greve se encerrou sem nenhuma conquista, mas em jan/85 os docentes das autarquias tiveram uma reposição salarial

				servidores técnico-administrativos; Verbas para o pleno funcionamento das IES.	de 20%, interpretado como resultado da greve de 84;
1985	26 e 27/11/85(2 dias)	Local	-	-	
1985	10/08 a 23/09/85(45 dias)	Nacional IFES em greve: 16 universidades e fundações.	-	<ul style="list-style-type: none"> . Reposição salarial de 38,5%; . Reajuste salarial igual ao INPC do semestre; . Implantação do reajuste trimestral; . Adicional de 5% a cada quinquênio; . Adicional de DE não inferior a 50%; . 5% de produtividade; . Aposentadoria integral; . Verbas para custeio e capital das IES Fundacionais (954 bilhões de cruzeiros). 	. O MEC comprometeu-se a elaborar um novo Plano de Cargos e Salários para as fundacionais, com isonomia salarial, a entrar em vigor em jan/86. (Com o novo Plano de Cargos e Salários, algumas categorias de docentes, em algumas fundações, tiveram, em 1986, ganho superior a 50%).
1987	25/03 a 07/05/87(48 dias)	Nacional IFES em greve: 45 IFES (autarquias e fundações).	11/05	<ul style="list-style-type: none"> . Defesa do ensino público e gratuito; . Adoção do Plano Único de Carreira para os docentes das IFES, proposto pela ANDES; . Isonomia salarial plena aos docentes de autarquias e fundações, segundo a tabela salarial proposta pela ANDES; . Aposentadoria integral; 	<ul style="list-style-type: none"> . Aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE); . Em 23/07/87, o Decreto nº 4.664 regulamentou a Lei nº 7.595/87.

				<ul style="list-style-type: none"> . Verbas de custeio e capital no valor de 20,3 bilhões de cruzados, para retornar aos níveis de 1973; . Revogação do decreto proibindo a contratação de pessoal nas IES federais; 	A nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abr/87.
1988	03 e 04/05/88	Paralisação de 48 horas	-	-	
1989	05/05 a 17/07/89(64 dias-ADUF) 08/05 a 13/07/89(66 dias-ANDES)	Nacional IFES em greve: 42 IFES.	-	<ul style="list-style-type: none"> . Verbas para OCC correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFES; . Revogação da proibição de contratações e abertura de concurso público para atender às necessidades das IFES; . Reposição salarial, de abr/89, de 59,74%, acrescido do Índice de Custo de Vida (ICV) do DIEESE; . Reajuste mensal dos salários; . Aposentadoria integral; . Carreira Única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus; Regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reposição salarial de 30% aos SPF em geral, em maio/89; . Em julho, o governo se comprometeu a liberar verbas para a manutenção das IFES, a título de suplementação, no montante de 453 milhões de cruzados novos, a preços de abr/89; . Liberação de 60 milhões de cruzados novos; . Alterações no Plano de Carreira dos docentes: o incentivo de DE para os docentes de 3º grau passou de 40% para 50% sobre o salário; para os docentes de 1º e 2º graus das IFES este

					<p>percentual passou de 25% a 30%; a progressão horizontal de um nível para outro da carreira passou de 4% a 5%;</p> <p>. O governo autorizou a contratação para o conjunto das IFES, de 760 docentes e 1340 técnico-administrativos e reconheceu o direito à aposentadoria integral.</p>
1991	05/06 a 20/09/91 (107 dias)	Nacional IFES em greve: 48 IFES.	-	<p>. Recomposição dos salários aos valores reais de abr/90, implicando numa reposição de 44,38%;</p> <p>. Incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos planos econômicos "Bresser" (26,06%), "Verão" (26,05%) e "Collor 1" (93,54%), (Reajuste total reivindicado: 640,39%);</p> <p>. Repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no Orçamento/90 e dos recursos estabelecidos no Orçamento/91, em valores reais;</p> <p>. Abertura de</p>	<p>Rejeição pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 296/91, a qual excluía docentes e técnico-administrativos das IFES e diversas outras categorias dos reajustes propostos pelo governo;</p> <p>. Reajuste salarial geral aos SPF de 20% e correção da tabela de vencimentos dos docentes das IFES (e de outras categorias) pelo Projeto de Lei nº 1.390/91, em</p>

				<p>concurso público para preencher vagas existentes nas IFES e para expansão do quadro de pessoal, com a imediata contratação dos selecionados;</p> <p>. Escolha dos dirigentes das IFES por processo de eleições diretas e democráticas, esgotando-se o processo no interior das IFES;</p> <p>. Garantia de repasse para a ANDES-SN das contribuições dos docentes por ela representados (direitos sindicais), conforme a Constituição Federal.</p>	<p>jul/91; para os docentes, este reajuste variou de 51,8%(para Prof. Auxiliar 1, Regime de 20h) a 77,5% (para Prof. Titular com DE e doutorado);</p> <p>. Em set/91, os docentes das IFES conquistaram novo reajuste (nova tabela) com o PL n° 1.611/91, resultando num índice de aumento que variou de 20% (para Prof. Auxiliar 1, 20h, sem pós-graduação) a 48,8% (para Prof. Titular, co, DE, tendo doutorado).</p>
1993	13/05 a 11/06/93(29 dias)	Nacional IES em greve: 23 IFES + técnico-administrativos.	14/06/93	<p>Pauta unificada:</p> <p>. Definição de uma política salarial com reajustes mensais mediante a inflação;</p> <p>. Incorporação da gratificação aos vencimentos;</p> <p>. Fim das distorções no processo de isonomia entre os três poderes;</p> <p>. Plano Nacional de capacitação docentes;</p> <p>. Reajuste de 106,8% para os servidores.</p>	<p>. Reajuste de 85% dos salários dos servidores;</p> <p>. Reajustes trimestrais (80% da inflação) antecipações bimestrais (50% da inflação);</p> <p>. Negociação de um Plano de Carreira;</p> <p>. Pendentes: falta de isonomia interna e a reposição das</p>

					aulas.
1994	19 a 26/04/94(6 dias)	Nacional(?)	28/04/94	-	
1994	09 a 31/05/94(23 dias-ADUF) 23/03 a 27/04/94(34 dias- ANDES)	Nacional IES em greve: 5 IFES + outras AD's (greve parcial).	06/06/94	<p>. Posição unitária da categoria de contraposição às investidas que o governo Itamar, e as elites que lhe davam sustentação, vinham fazendo contra os interesses da maioria da sociedade brasileira, forçando uma legítima e danosa Revisão Constitucional e um Ajuste Fiscal que provocou perdas salariais.</p> <p>. Pauta específica das IFES: reposição de perdas salariais em planos econômicos; definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Projeto de Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas.</p>	<p>. Nenhum ganho econômico;</p> <p>. Abertura de negociação em torno da isonomia entre os três poderes;</p> <p>. Negada a inclusão das emendas do movimento sindical na Medida Provisória nº 482;</p> <p>. Legitimação do direito de greve no serviço público.</p>
1995	09/05 a 31/05/95(23 dias)	Nacional IES em greve: mais ou menos 15 mil docentes paralisados.	-	<p>. Controle social das empresas e do serviço público;</p> <p>. Defesa da Previdência Pública e das aposentadorias por tempo de serviço;</p> <p>. Política salarial;</p> <p>. Rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB e</p>	<p>. Afastada a possibilidade de privatização das instituições públicas;</p> <p>. Resgate do substitutivo do Senador Cid Sabóia, que foi ao plenário do Senado Federal junto com o</p>

				aprovação da PLC nº 101/93; . Reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor.	substitutivo do Senador Darcy Ribeiro.
1996	23/04 a 29/05/96(36 dias-ADUF) 16/04 a 20/06/96(56 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 45 IFES.	-	. Reajuste de 46,19%; . Retirada dos projetos de reforma da Previdência Administrativa.	. STF decide que SPF's têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; . Ameaça do governo de corte de ponto e demissões; . Recuo na posição de enviar ao Congresso o Projeto de Autonomia das Universidades; . Promessa de discussão sobre as contratações e verbas para as IFES.
1998	18 e 19/03(2 dias)	Nacional(?)	-	-	
1998	31/03 a 07/07/98(98 dias-ADUF) 02/04 a 13/07/98(103 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 46 IFES.	08/07/98 (atividades acadêmicas) 15/07/98 (aulas)	. Reposição salarial de 48,65%; . Preservação da qualidade do ensino público; . Autonomia às Universidades na implementação do Plano de Incentivo à Docência (PID).	. Substituiu o PID pela Gratificação de Estímulo à Docência (GED), com as mesmas características; . Ganho de 60% das gratificações previstas na lei Federal (GED). . Nada foi concedido aos professores de 1º

					e 2º graus e aposentados.
2000	30/05 a 24/07/00 (54 dias-ADUF) 24/5 a 17/07/00(87 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 31 IFES.	31/07 (atividades acadêmicas)	<p>Pauta unificada dos servidores: reposição de 63,68% e investimento para serviço público federal.</p> <ul style="list-style-type: none"> . Isonomia salarial; . Fixação da data-base em 1º de maio; . Reposição salarial imediata; . Consolidação das carreiras específicas a partir do Estatuto do Serviço Público; . Incorporação das gratificações sem discriminação dos professores aposentados e do ensino de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> . Suspensão do Projeto de Autonomia do MEC e do envio ao Congresso Nacional do Projeto de Emprego Público do Governo Federal. . Inclusão da elevação da massa salarial na LDO.
2001	28/08 a 07/12(97 dias-ADUF) 21/08 a 07/12/01(110 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 52 IFES.	07/01/2001	<ul style="list-style-type: none"> . Alteração do percentual de Titulação de 50% para 72% para doutores, de 25% para 36% para mestres, de 12% para 18% para especialistas e de 5% para 9% para aperfeiçoamento; . Equiparação da GID à GED; . Extensão de 60% da GID aos aposentados das carreiras de 1º e 2º graus; . Avaliação e Carreira Docente; . Paridade e isonomia de vencimentos entre ativos e aposentados; 	<ul style="list-style-type: none"> . Reajuste salarial de 12% a 13% no salário base; . 3,5% de aumento para todos os funcionários públicos; . Repasse de 60% da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) aos professores aposentados; . Contratação de dois mil (2000) professores ao longo de 2002. . Criação de grupos de

				. Recomposição do quadro funcional das IFES.	discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica, autonomia universitária, entre outros.
2003	08/07 a 25/08(47 dias-ADUF) 08/07 a 13/08/03(36 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 35 IFES.	01/09	. Contra a PEC 40/03 (Reforma da Previdência).	. A PEC 40/03 foi aprovada com modificações. A mobilização evitou prejuízos mais graves.
2005	28/09 a 14/12(77 dias-ADUF) 05/09 a 19/12/05(106 dias-ANDES)	Nacional IES em greve: 40 IFES.	19/12 (atividades acadêmicas) 10/01/2006 (retorno às aulas)	. Entre os pontos nodais da reivindicação, estão a valorização do trabalho docente e a Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a mercantilização da Educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES; . Reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; . Incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE; . Retomada dos anuênios; . Implementação imediata da classe especial e da classe	. O Governo Federal, mesmo não atendendo o conjunto das reivindicações dos professores em greve, por força de pressão, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões.

				<p>de professor Associado;</p> <ul style="list-style-type: none"> . Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN. 	
2012	17/05 a 17/09/12	Nacional IES em greve: 51 IFES.		<ul style="list-style-type: none"> - Eixo central: reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho. . Carreira única para todos os docentes das IFES, independente do nível de ensino a que estejam vinculados; . Estrutura de carreira simples, dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos; . Piso salarial com referência no salário mínimo do DIEESE (atualmente R\$ 2.329,25) para 20 horas semanais; . Ingresso, através de concurso público, no nível inicial; . Desenvolvimento na carreira que valorize critérios acadêmicos e atribuições que 	

				<p>tenham como base o tripé ensino-pesquisa-extensão;</p> <ul style="list-style-type: none">. Dedicção Exclusiva como regime preferencial de trabalho;. Restabelecimento da isonomia salarial por meio de remuneração única e uma linha só no contracheque, incorporando todas as gratificações;. Paridade dos docentes da ativa e aposentados e pensionistas.	2
--	--	--	--	--	---

ADUF PB - JP / SSIND
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ACUMULADO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001

Valores em R\$

1 - PATRIMONIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	588.891,15
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	71.291,85
TOTAL	660.183,00
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS	784.097,36
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	11.462,20
RECEITA MAQUINA COPIADORA	15.588,89
RECEITA SEDE SÓCIO CULTURAL	1.491,50
ALIENAÇÃO IMOBILIZADO	2.920,00
RECUPERAÇÃO DE RECEITAS/DIVERSAS	6.694,84
TOTAL	822.254,79
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS	5.507,71
TRIBUTÁRIAS	680,70
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.948,66
CHEQUES A COMPENSAR	-
TOTAL	31.137,07
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	113.853,05
COM PESSOAL	220.613,11
FINANCEIRAS	4.080,48
TRIBUTÁRIAS	546,96
REPASSES ESTATUTÁRIOS	184.022,10
SEDE SÓCIO CULTURAL	43.155,33
COM EVENTOS (PALESTRAS, SEMINÁRIOS)	105.637,33
DIVULGAÇÃO / IMPRENSA	40.925,03
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	13.020,35
COM GREVES	148.340,75
TOTAL	874.194,49
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS)	5.346,45
IMOBILIZADO	532.668,73
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(67.259,47)
TOTAL	470.755,71
SALDO (1+2+3) - (4+5)	168.624,66
DETALHAMENTO DO SALDO	
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA	1.294,42
EM BANCOS	78.291,26
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39.629,87
SUB - TOTAL	119.215,55
B - CONTAS A RECEBER	
EMPRÉSTIMOS INTER-SINDICAIS	5.750,00
ADIANTAMENTOS SALARIAIS	2.800,56
EMPRESTIMOS ASSOCIADOS	30.000,00
VALORES A RECUPERAR	8.358,11
DEPOSITO VINCULADO (RALP)	2.500,44
SUB - TOTAL	49.409,11
TOTAL	168.624,66

MARCELO SOARES BARBOSA
CONTADOR CRC - PB 004.336/0-5

ADUFPB-JP

SSind. da ANDES-SN - Afiliada à CUT

ADUF PB - JP / SSIND
PRESTAÇÃO DE CONTAS - GREVE 2001
ACUMULADO DE 28 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001

Valores em R\$

1 - SALDO ANTERIOR	
SALDO EM 31 DE JULHO DE 2001	-
TOTAL	160.823,83
2 - RECEITAS	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.876,50
TOTAL	3.876,50
3 - DESPESAS	
MÍDIA (RADIO/JORNAL/TV, ETC)	46.472,56
HOSPEDAGENS	13.946,33
DIARIAS	20.320,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE/ATIVIDADES	6.005,70
MOBILIZAÇÕES/EVENTOS	5.662,93
FEIRA/LANCHES E REFEIÇÕES	2.738,76
RATEIOS	180,00
CONDUÇÃO E TRANSPORTE	27.612,65
CONFEÇÃO DE CAMISAS/FAIXAS/OUT-DORRS, ETC)	1.625,00
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (TERCEIROS)	2.735,00
REPASSE FUNDO NACIONAL DE GREVE	9.405,25
COMBUSTÍVEIS/LUBRIFICANTES	435,00
DESPESAS COM FOTOGRAFIAS/VIDEOS/GRAVAÇÕES	488,80
CORREIOS	17,35
TELEFONES	7.570,20
BANCARIAS	323,35
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	2.801,87
TOTAL	148.340,75
SALDO (1+2) - (3)	
	16.359,58
DETALHAMENTO DO SALDO em 31/12/2001	
A - DISPONIBILIDADES	
Conta Fundo de Greve	32.181,14
Ressarcimento Conta Corrente Aduf	(15.821,56)
B - Valores a Receber	
Emprestimos Associados	30.000,00
Emprestimos Sintesp	1.250,00
Ressarcimento Conta Corrente Aduf	(31.250,00)
TOTAL	16.359,58

ADUFPB-JP

SSind. da ANDES-SN - Afiliada à CUT

MARCELO SOARES BARBOSA
 CONTADOR CRC - PB 094136/0-5

